

Equação brasileira

No decorrer da próxima semana, o Governo pretende dar mais uma volta no parafuso do ajustamento da economia brasileira à crise financeira internacional, anunciando um elenco de medidas restritivas que atingirão as empresas estatais, os subsídios aos produtos importados, os ganhos do mercado financeiro e as rendas dos contribuintes do Imposto de Renda. Algumas dessas medidas ainda não conseguiram o consenso no interior do Governo e provavelmente não o conseguirão, como o expurgo do INPC, do impacto dos reajustes nos preços dos derivados de petróleo e de trigo, ou uma tributação adicional sobre os ganhos de capital.

É compreensível que haja essa discordância, que é positiva e indicadora de que já pertence ao passado o tempo em que um pequeno grupo de tecnocratas tomava as decisões mais graves em nome de uma sociedade que eles julgavam representar, mas certamente lhes faltava legitimidade. Se, nos idos de 1964/66, foi possível promover um doloroso ajustamento utilizando o tratamento de choque, a situação hoje é bem diversa, pois está em marcha um processo de descompressão política, o Governo procura facções na oposição para negociar e aceita dar em troca concessões específicas na área trabalhista, o que, dez anos antes, seria considerado um despropósito.

O ajustamento brasileiro tem, pois, sua própria equação, que deve ser entendida, em primeiro lugar, pelos tecnocratas do Fundo Monetário Internacional — FMI — e pelos banqueiros nossos credores. É preciso alertá-los para o fato de que, embora necessário, o ajustamento radical se defronta com o problema do agravamento da crise social, gerador de instabilidade política, esta sim, inimiga fidalgal de banqueiros estrangeiros e de multinacionais.

As pessoas que, dentro e fora do País, apontam o México como o exemplo a seguir em matéria de ajustamento, é preciso esclarecer que a realidade dos dois países é substancialmente diversa. Enquanto os mexicanos convivem com um regime autocrático e se ajustaram a um Governo que estende seus tentáculos administrativos a todas as células do País, aqui vivemos um período de efervescência política, caracterizada pela volta dos militares aos quartéis em marcha acelerada, e pela reinstituição dos princípios democráticos da discussão e da negociação.

Temos uma população de 130 milhões de pessoas — 40 milhões acima do México — enfrentando graves problemas de distribuição desigual de renda, agitando-se na periferia das grandes metrópoles ou nos sertões secos, cada vez mais exigente de uma solução para seus males. Fechar os olhos a essa realidade palpável equivaleria, hoje, a um suicídio.

MILANO LOPES